

FALANDO NOVAMENTE SOBRE A QUESTÃO DA LINGUAGEM NOS DOCUMENTOS OFICIAIS EM LÍNGUA CHINESA*

*Sheng Yan***

Na 4.^a Conferência Internacional sobre a Moderna Composição de Correspondência e Textos Administrativos, o autor apresentou uma tese intitulada «A questão da linguagem nos documentos oficiais em Hong Kong e Macau». O autor tem uma ideia fundamental que é a seguinte: a questão dos documentos oficiais é, no fundo, uma questão linguística e os exercícios de formação sobre a redacção de documentos oficiais são, essencialmente, exercícios linguísticos. Ao longo deste ano, os documentos oficiais e respectivas informações levaram o autor a fazer uma maior reflexão e a verificar a necessidade de fazer mais alguns comentários complementares simples, baseando-se no texto anteriormente divulgado. O autor viu com muita alegria o regresso de Macau à Mãe-Pátria e a conclusão da questão da soberania. Sendo a reforma na redacção de documentos oficiais uma preocupação do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e o Instituto Politécnico de Macau têm colaborado estreitamente no desenvolvimento de um grande número de trabalhos. Os documentos oficiais estão a ser aperfeiçoados de forma contínua. É evidente que, podemos afirmar que algumas questões do passado (essencialmente

* Esta tese corresponde à «5.^a Conferência Internacional sobre a Moderna Composição de Correspondência e Textos Administrativos», realizada de 1 a 3 de Dezembro de 2000, em Macau.

** Director da Escola Superior de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico de Macau

as de tradução) ainda estão por resolver, mas serão, certamente, bem solucionadas e com a maior rapidez.

I

O ESTILO DE LINGUAGEM NOS DOCUMENTOS OFICIAIS EM LÍNGUA CHINESA

1. Se dissermos que a língua é da Nação, então a linguagem é de toda a Humanidade, visto que a linguagem é uma subdivisão do ponto de vista das funções linguísticas, tendo a linguagem das línguas humanas carácter geral. No passado, o autor chegou a afirmar que povos diferentes têm culturas diferentes, de modo que existem certas diferenças quanto ao nível e área de uso do domínio linguístico («register» que significa linguagem), nomeadamente no caso dos ingleses e americanos; contudo, isto não influencia a universalidade da linguagem. Daí, a definição e classificação da linguagem, que o linguísta americano Martins Joos fez em 1967, ainda tem o seu sentido autorizado quanto ao estudo da linguagem das línguas humanas. De acordo com a interpretação do autor, Martins Joos tinha este conceito fundamental: a linguagem das línguas divide-se em dois pólos, o informal que é o pólo mais baixo, e o formal que é o pólo mais alto. Do informal ao formal, isto é, de baixo para cima, existe uma linguagem sucessiva muito longa. No que se refere à classificação da linguagem feita por Martins Joos, não se trata duma decisão final, sendo ainda possível efectuar um estudo mais profundo. Nos documentos oficiais utiliza-se obviamente a linguagem formal, mas dentro desta linguagem ainda existe a questão do nível. É possível que alguns documentos oficiais tenham um sabor literário mais forte do que outros. Por exemplo, o famoso linguísta Lu Shuxiang utiliza evidentemente a linguagem escrita nos seus artigos, mas a sua linguagem está mais aproximada da linguagem oral; caso idêntico ao do meu professor, o Doutor Wang Hai. Há certos linguístas que escrevem artigos com um forte sabor literário e com uma linguagem bastante diferente da linguagem oral, mas que não deixa de ser uma linguagem escrita muito formal e estandardizada. Assim, ambas as linguagens escritas merecem a nossa aprendizagem.

2. A distinção entre a linguagem escrita e a linguagem oral tem um critério objectivo, não sendo isto ultrapassado no tempo nem contraditório às teorias da linguística funcional. A linguística funcional dá gran-

de importância ao contexto linguístico, nomeadamente ao ambiente de comunicação, ao destinatário, ao método e aos instrumentos. A diferença entre estas duas linguagens consiste principalmente na diferença entre o método e os instrumentos de comunicação. A linguagem escrita é uma transformação da linguagem oral, por isso tem um nível mais elevado. Tem as suas próprias características quanto à estrutura gramatical e ao emprego de expressões, como por exemplo, as frases são mais longas, há mais complementos, a estrutura é mais rigorosa, e há uma maior utilização de palavras e frases da linguagem escrita, designadamente algumas expressões idiomáticas. A linguagem que se encontra nos textos escritos não tem que ser necessariamente a linguagem escrita, pode ser a linguagem oral, por exemplo um diálogo escrito em obras literárias. Contudo, não se deve negar a necessidade de diferenciação entre a linguagem escrita e a linguagem oral, senão o caso seria um pouco metafísico ou redundante. Os documentos oficiais são escritos numa linguagem cuidada e normalizada, mas não utilizam uma linguagem oral corrente. Em certas regiões, alguns destes documentos empregam muitas vezes a linguagem oral que, de certo modo, os torna menos formais. Este é um aspecto que deve ser aperfeiçoado.

3. As comunidades chinesas nas quatro regiões das duas margens do Estreito de Taiwan, e as que estão espalhadas pelo Mundo, utilizam a «língua-padrão» (também conhecida por linguagem de padrão) na composição dos documentos oficiais. Aqui, entende-se por «língua-padrão» a linguagem escrita baseada no Putonghua (o mandarim, a língua chinesa). Em Taiwan, os documentos oficiais são essencialmente escritos em linguagem arcaica simples, embora também existam em linguagem de padrão, dependendo do destinatário dos mesmos. O autor verificou que alguns destes documentos, que se destinavam às organizações populares das camadas sociais de base, estão escritos completamente em língua-padrão. Resumindo, nestes últimos anos, tem-se verificado também uma reforma em Taiwan para o uso da língua-padrão (V. Manual de Tratamento de Documentos Oficiais, 1985), apesar desta realidade nunca ter sido anunciada formalmente. Por conseguinte, a promoção do uso da língua-padrão em documentos oficiais nas quatro regiões das duas margens do Estreito de Taiwan, e junto das comunidades chinesas nos diversos países do Mundo, tem total fundamento e está conforme as tendências do tempo.

4. Para uma maior adequação às necessidades sociais da actual internacionalização, deve promover-se o uso da língua-padrão, e não da

arcaica. É possível que haja uma assimilação de termos arcaicos ainda activos que se encontrem nos documentos oficiais, contudo, é necessário evitar o emprego de raras e difíceis expressões arcaicas ou citações literárias. O «movimento da língua-padrão» na época do «4 de Maio» foi um sucesso, e deu muitos contributos positivos. Contudo, a rejeição à assimilação de expressões arcaicas activas nessa época, foi um dado absoluto. A utilização adequada de certos termos e formas de expressão da linguagem arcaica, permite aumentar o sabor da linguagem cuidada e literária nos documentos oficiais. Porém, na assimilação das expressões arcaicas tem que prestar-se atenção à combinação do aspecto literário com uso prático, bem como à uniformização do estilo de linguagem, tendo em vista evitar uma mistura da língua arcaica com a língua-padrão, que acabará por ser uma língua-padrão inexplícita e meio arcaica. Este estilo de linguagem não deve ser promovido. O famoso linguísta Wang Li disse, como exemplo, que um seu aluno lhe escreveu uma carta em linguagem arcaica, possivelmente pelo facto de o linguísta ser autor de três livros didácticos sobre «A Língua Chinesa Clássica». Ele disse que as pessoas vivas na época moderna não têm nenhuma necessidade de usar uma língua morta na sua correspondência. E, de resto, esse aluno não possui um nível tão elevado de conhecimentos da linguagem arcaica. O famoso linguista Lu Shuxiang também questionou: «O que é a linguagem arcaica? A linguagem arcaica é uma linguagem incompreensível quando a lemos.». Podemos ver, por isso, que ele também não propõe o uso desta linguagem na escrita. É evidente que, num dado contexto sociocultural, será possível utilizar a linguagem arcaica quando se escreve a certos estudiosos que tenham já uma base bastante boa de conhecimentos sobre a língua clássica, a que chamamos de «pequena liberdade numa grande assembleia».

II

AS QUESTÕES LINGUÍSTICAS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS EM LÍNGUA CHINESA

1. O pano de fundo linguístico em Hong Kong e Macau: a variedade é a característica comum nas línguas usadas nestas duas regiões. Se dissermos que se falam em Hong Kong «duas línguas, três dialectos», então em Macau serão «três línguas, quatro dialectos». Verifica-se, ainda, na Região de Hong Kong a questão de «um país, duas escritas».

660 Embora esta afirmação de «um país, duas escritas» não seja muito cien-

rífica (porque tanto os caracteres complexos como os simplificados pertencem ao mesmo sistema de caracteres), reflecte, de certo modo, as realidades, pois, quando se efectua a análise das referidas questões linguísticas, não se pode ignorar o mencionado pano do fundo linguístico.

2. Em Macau, há pessoas que afirmam que os documentos oficiais em língua chinesa são escritos em «língua chinesa ao estilo português». E outras dizem que alguns destes documentos oficiais «nada parecem». Segundo a análise feita pelo autor, os documentos oficiais em língua chinesa estão dependentes da influência dos seguintes factores: (1) estrangeirismos (incluindo as línguas inglesa e portuguesa), p.ex: «Ele é muito «por si mesmo» e «Ele é muito China»; (2) regionalismos, p.ex: «Os visitantes devem identificar-se em voz alta»; (3) arcaísmos, p.ex.: «Honradez»; (4) as mais elementares expressões de putonghua; (5) coexistência de vários factores, p. ex.: «Para sair do carro, por favor pela porta de trás» e «Este dia é férias». Neste contexto situacional, todas as pessoas são influenciadas, e os estudiosos também não são excepção. O próprio autor também tem esta experiência. Por exemplo, os docentes do nosso estabelecimento de ensino são provenientes de diversos países do Mundo, por isso o autor tem de empregar a língua chinesa, portuguesa ou inglesa, e às vezes as três em simultâneo, quando tem de fazer o despacho no documento apresentado, em face do que até a secretária se ri. A visão nunca é ampla, quando se vê apenas a influência de um factor, ou a influência negativa de um factor. As pessoas que trabalham na área da tradução, dificilmente verificam as influências negativas dos estrangeirismos, assim como as pessoas que sejam só falantes do cantonense, dificilmente verificam as influências negativas dos regionalismos e consideram o cantonense como se fosse o putonghua. Assim, o autor sugere que as pessoas, que trabalham na área das Línguas, tenham maior atenção na ultrapassagem das fraquezas individuais.

3. Como se devem tratar as influências recíprocas entre as línguas?

(1) A tendência geral no uso das línguas no presente momento é a passagem do monolinguismo ao bilinguismo e multilinguismo. Pois, «não saber conduzir um automóvel, é como se não ter pernas; não falar línguas estrangeiras, é como se não ter boca». As pessoas que estudam ou trabalham no estrangeiro, é que terão essa experiência. O Mundo está a tornar-se cada vez menor, e o contacto entre as pessoas cada vez maior, pelo que, como será possível saber uma só língua? Muitos estudiosos entendem que a língua é um importante instrumento que leva ao conhe-

cimento dos diversos povos, e o melhor será dominar pelo menos três línguas o mais rápido possível. (2) O actual desenvolvimento da aplicação linguística tende a ser a internacionalização no domínio do uso da língua, a expressão linguística pelo «bilinguismo» e a modernização das técnicas de escrever; (3) Os estrangeirismos e dialectos aperfeiçoam a língua comum da Nação. É óbvio que existem influências recíprocas entre as línguas, sendo as influências positivas maiores do que as negativas. Por conseguinte, o emprego do bilinguismo é prático, pois a análise dos problemas existentes nas línguas será feita por meio duma separação em duas partes; (4) O bilinguismo é, frequentemente, símbolo de reforma e o monolinguismo, sinal de isolamento. A ideologia do monolinguismo tem diversas formas de manifestação, sendo os seus danos também muito maiores. Os indivíduos com esta ideologia são normalmente monolingues, mas os monolingues nem sempre têm a ideologia do monolinguismo. Dum modo geral, as pessoas com esta ideologia agravada, contestam quando ouvem alguém a falar uma língua estrangeira: «Um chinês a falar a língua dos diabos!»; «Falso diabo estrangeiro a dar traques!», ou até, pensam que seja como os indivíduos «da antiga tribo Yi do Oeste da China que tentaram transformar o povo Xia», etc. Se estas pessoas estivessem nas dinastias Qing e Jing, não seria nada de estranhar, pois, mesmo o Imperador Qianlong, um soberano tão aberto e com tantos conhecimentos, tinha esta ideia de diferenciação. Porém, o facto de nós os linguístas pensarmos ainda dessa maneira, é que seria muito esquisito. A ideologia do monolinguismo leva-nos ao isolamento e à rejeição das diferenças. Assim, somos com certeza contra esta ideologia em qualquer situação; contudo, nunca podemos contrariar a grande tendência do bilinguismo e contrapor o bilinguismo social ao bilinguismo individual, sendo obviamente impossível tornar absoluto o bilinguismo e implementar, de forma inadequada, o princípio da «reciprocidade»; (5) O desenvolvimento da linguística é muito acelerado, surgindo muitas vezes uma pequena mudança em cada três anos e uma grande mudança em cada cinco, para além de serem mudanças cada vez mais complexas. Por conseguinte, os linguístas devem acompanhar os passos do tempo, assim como elevar, de forma contínua, a formação teórica para orientar a prática com base na teoria, não podendo actuar conforme as suas emoções. Devem, ainda, evitar o congelamento do pensamento e o envelhecimento dos conhecimentos. O uso de uma só língua para a aprendizagem de teorias (por exemplo, a linguística tradicional ou a linguísti-

ca estrutural nos primeiros tempos), não consegue resolver completamente muitas questões linguísticas existentes. Antigamente, as pessoas tendiam a separar uma determinada disciplina de estudo das outras disciplinas; agora, elas tomaram consciência da necessidade de combinar uma disciplina com as restantes, por forma a resolver uma dada questão com múltiplas disciplinas. Foi por esta razão que surgiram as disciplinas mistas (tais como, sociolinguística, psicolinguística, aritmético-físicolinguística, informaticolinguística, etc.). A afirmação «especialistas especialistas, rãs no fundo do poço — pessoas com uma visão muito limitada» surgiu assim neste contexto. Nós devemos aprender a analisar as questões nas diferentes perspectivas e evitar a unilateralidade. Há mais de trinta anos atrás, o autor leu uma história num livro didáctico em língua inglesa, a qual contava o seguinte: dois amigos estavam a beber vinho e, quando acabaram meio jarro, o mais pessimista disse «Oh, já bebemos meio jarro de vinho!», ao que o outro respondeu «Não, ainda temos meio jarro!». O autor sugere que, hoje, quando Macau já regressou à Mãe-Pátria e está a ser governada pela sua população, devemos olhar para os problemas dum ponto de vista positivo, olhar para o futuro e dar sugestões com legitimidade. Simultaneamente, devemos cultivar um pensamento de iniciativa própria, fazendo sempre o autor a si mesmo esta pergunta: «Sendo uma pessoa que trabalha na área das Línguas, o que é que fiz para resolver os problemas linguísticos em Macau?».

4. O aumento do nível da escrita é uma actividade a longo prazo que nunca será resolvida num só passo. A elevação do nível da língua chinesa junto da população de Macau, será uma actividade dificilmente recusável que o ensino na área das Línguas terá de enfrentar no século XXI. Daí, há que ter paciência e persistência, assim como elaborar planos de curta, média e longa duração. A Presidente da Assembleia Legislativa, Susana Chow, tinha toda a razão quando comentou sobre a linguagem jurídica, dizendo que a tradução jurídica deve permitir, antes de tudo, uma boa compreensão, e só depois é que se fala da questão do bilinguismo no acto legislativo. No período da Administração Portuguesa, os documentos oficiais em geral surgiam da seguinte forma: em primeiro lugar, os portugueses redigiam o texto em língua portuguesa; depois, o tradutor fazia a tradução de português para chinês e, por último, o letrado melhorava a tradução em língua chinesa. A maioria dos redactores portugueses e letrados chineses era monolingue. Os tradutores eram essencialmente macaenses que trabalhavam na Função Pública

e que já nasceram bilingues, cuja capacidade linguística nas duas línguas não era equilibrada nem completa, necessitando então de uma formação mais avançada. Pode-se, portanto, imaginar qual era o nível linguístico nos documentos oficiais nessa altura. Para o uso de duas línguas na redacção dos documentos oficiais, é preciso haver um processo, não se pode apressar ou contestar para resolver a questão. No passado, o autor criticou certos problemas de tradução em língua chinesa e portuguesa (por exemplo, há algumas traduções em língua chinesa que são de compreensão difícil mesmo para mim, professor catedrático de Língua Chinesa). Depois de ocupar o cargo de Director da Escola de Línguas e Tradução, tive conhecimento de que esta tem mais de cem anos de história e a maioria dos tradutores oficiais formou-se nela. Para elevar o nível da capacidade dos alunos, o Director da Escola terá de ser o primeiro a assumir as responsabilidades. Devido às críticas provenientes de diversos sectores da sociedade, os tradutores queixam-se das imensas dificuldades no trabalho de tradução. Neste contexto, a única solução correcta será empenharmo-nos no aumento do nível de qualidade no ensino, e formarmos quadros superiores de alto nível, paralelamente ao encorajamento dos actuais tradutores para uma participação mais activa nas actividades de formação profissional. O ponto essencial no uso de duas línguas na redacção de documentos oficiais consiste na exploração das potencialidades dos quadros superiores de tradução. Pensemos um pouco: como é que dois monolingues que, em princípio, já são especialistas, vão redigir, em conjunto, documentos oficiais bilingues com conteúdos locais e idênticos!? Se olharmos para o lado positivo da questão, não nos será difícil verificar que, após o regresso de Macau à Mãe-Pátria, surgiu na Administração um aumento de documentos oficiais redigidos em língua chinesa, cujo nível linguístico também tem vindo a elevar-se de forma contínua, sendo esta uma realidade indiscutível. Porém, constata-se, ao mesmo tempo, uma nova situação, ou seja, os trabalhadores portugueses da Função Pública manifestaram que lhes custa perceber as traduções em língua portuguesa de alguns documentos oficiais em língua chinesa, talvez por serem escritos em «uma língua portuguesa ao estilo da língua chinesa». Por vezes, nos organismos onde trabalham chineses e portugueses, só se recebem documentos oficiais em língua chinesa, por causa do tempo que não permitiu a devida tradução em língua portuguesa, facto que trouxe novas inconveniências ao trabalho. O autor deseja que envidemos esforços para criar um sistema científico de uso do

bilinguismo nos documentos oficiais e aprendamos com as experiências da política do monolinguismo executada pela Administração Portuguesa durante um longo período (isto é, o anterior reconhecimento da língua portuguesa como a única língua oficial), antes da aprovação pelo Conselho de Ministros da República Portuguesa, do Decreto-Lei publicado em 26 de Dezembro de 1991, que confirma a atribuição do estatuto oficial à língua chinesa em Macau. Contudo, no que diz respeito ao uso de documentos oficiais em língua chinesa e ao uso de documentos oficiais em língua portuguesa, ou ao uso de ambas as línguas chinesa e portuguesa, e até mesmo das três línguas, a chinesa, a portuguesa e a inglesa, nos documentos oficiais, há que verificar as necessidades a nível da sociedade. O autor acredita que, sob a liderança do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, havemos, com certeza, de resolver gradualmente a questão da tradução nas duas línguas que se verificou no período da Administração Portuguesa, assim como, havemos de evitar a passagem de um extremo para o outro e cometer os mesmos erros do passado. O autor é, incorrigivelmente, um optimista e está confiante de que o problema dos documentos oficiais em língua chinesa será resolvido, de forma satisfatória e com maior rapidez, visto que, os titulares de altos cargos no Governo da Região Administrativa Especial de Macau são naturais da Região, e nós já possuímos experiência nos vários domínios. Presentemente, tanto o Governo como a população aumentaram o seu positivismo e trabalham de forma sólida. O Instituto Politécnico de Macau e a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública têm tido uma colaboração muito estreita ao longo dos tempos, sendo a prestação de formação em língua chinesa e putonghua aos trabalhadores da Função Pública, uma acção iniciada, há mais de dez anos, que serviu de base para proporcionar treino na composição de documentos oficiais, que já se realiza de há dois anos a esta parte e haverá de continuar. A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública acabou de compilar um Manual de Redacção de Ofícios em Língua Chinesa (versão experimental), e está, neste momento, a recolher sugestões sobre o Manual, e obteve apreciação positiva por parte dos especialistas (ver comentários do professor catedrático, Zhang Zuobang); o manual do «Curso de Composição de Documentos Oficiais em Língua Chinesa», o primeiro editado em Macau, pelo Instituto Politécnico de Macau e pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e cujo editor-chefe é o professor catedrático Li Xiangyu, tem merecido

críticas positivas dos especialistas (vejam-se os «Resumos da 5.^a Conferência Internacional sobre a Moderna Composição de Correspondência e Textos Administrativos», organizada pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, com o apoio da Associação dos Redactores de Macau e da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Origem Chinesa); esta Conferência abordou essencialmente a teoria e prática de composição de documentos administrativos. Foi, assim, uma conferência internacional de grande envergadura, com um nível académico bastante elevado, que teve um enorme significado, sendo também profundas as suas influências no futuro. Com a afirmação completa, dada pelos estudiosos e representantes nesta Conferência, estamos cheios de confiança quanto às perspectivas na reforma dos documentos oficiais em Macau. Os famosos estudiosos do Continente, professores catedráticos Yu Chengkun e Yu Guorui, e professor auxiliar Liu Hong, apresentaram, por escrito, algumas sugestões sobre o aperfeiçoamento dos documentos administrativos ao Governo da Região Administrativa Especial de Macau (ver «Algumas reflexões e sugestões relativamente à criação do sistema de documentos administrativos em Macau»). As pessoas que trabalham na área das Línguas na região, também escreveram muitas teses sobre esta matéria. Elas são as que sentem maiores dificuldades na redacção de documentos oficiais, pelo que as suas teses são fortemente orientadas para objectivos, têm grande operacionalidade e conseguem resolver os verdadeiros problemas. Pois, estas teses «matam a sede» e não deixam qualquer ideia de ineficácia.

III

A RELAÇÃO ENTRE OS DOCUMENTOS OFICIAIS EM LÍNGUA CHINESA NAS DIFERENTES REGIÕES OU PAÍSES

O tratamento correcto a dar à referida relação entre os documentos oficiais implica as mais variadas questões. Aqui, só vamos mencionar algumas que se referem ao aspecto linguístico.

1. Os documentos oficiais que existem nas diversas regiões têm a mesma raiz de origem, portanto, são semelhantes. É evidente que, não podemos exagerar ou desprezar estas diferenças. Na correspondência desses documentos oficiais, o princípio mais elevado a ter em conta é «a eficiência na comunicação». As diferentes regiões ou países têm de corres-

ponder-se com respeito mútuo para atingir a aprendizagem recíproca, o aproveitamento das vantagens e eliminação das deficiências, e o progresso conjunto. O próximo rearranjo completo será um sucesso quando existirem as condições necessárias. O professor catedrático da Universidade Tecnológica de Nanyang da Singapura, Zhou Qinghai, propôs a criação de um critério internacional para os documentos oficiais em língua chinesa, com vista a satisfazer as necessidades de todas as comunidades chinesas no Mundo. Esta ideia mostra a sua grande visão; contudo, há que pensar mais profundamente e discutir sobre a referida questão.

2. Com o pressuposto da não violação da «eficiência na comunicação», as diversas regiões poderão manter as suas próprias características, nomeadamente as formas de tratamento, expressões iniciais, expressões finais e estilo de linguagem. Sabemos que, alguns ofícios enviados pelo Governo da República Popular da China às autoridades de Taiwan empregam, conscientemente, um estilo de linguagem mais conhecido pela população local. A estratégia nacional de «um país, dois sistemas» foi implementada em Hong Kong e Macau, sendo a política linguística elaborada pelos próprios Governos com base na Lei Básica, pelo que, não será necessário adoptar a política linguística do Continente. Por exemplo, é exigido no Continente que os cidadãos chineses «falem o putonghua e escrevam com caracteres normalizados (isto é, escrita simplificada)». Se os trabalhadores do Gabinete de Trabalhos Linguísticos descobrirem nas ruas algum quadro escrito com caracteres complexos, alertarão o proprietário para o retirar, sob pena de aplicação de multa. Desejará Macau fazer o mesmo? Claro que não, se o Governo da Região Administrativa Especial de Macau manifestar esse desejo junto das entidades competentes do Governo Central, estas irão prestar-lhe o maior apoio.

3. Os documentos oficiais em língua chinesa estão actualmente a ser reformados nas diversas regiões. Em Macau, implementa-se a linha geral de acção governativa de «consolidação das bases para um desenvolvimento estável», facto que contribuirá para a reforma dos documentos oficiais. O autor entende que, embora a escrita chinesa tenha uma história relativamente mais longa, temos de promover o modo de escrever da esquerda para a direita, no intuito de facilitar o uso do modelo bilingue ou multilingue nos documentos oficiais em língua chinesa, quando for necessário. Isto ajudará a tornar a língua chinesa mundialmente conhecida e a assimilar as componentes necessárias das línguas estrangeiras, assim como, permitirá a decisão no uso de caracteres complexos ou simpli-

ficados, conforme o destinatário dos documentos oficiais. O autor lembra-se duma anedota política que viu num jornal em Taiwan, a qual dizia que Deng Xiaoping mexia sempre a cabeça, de cima para baixo, quando lia os jornais de Taiwan, porque a disposição dos caracteres era de cima para baixo, enquanto que o mesmo mexia a cabeça da esquerda para a direita quando lia os jornais do Continente, visto que os caracteres estavam dispostos da esquerda para a direita. Esta é apenas uma simples anedota e não serve de fundamento. Num ambiente bilingue ou multilingue, a forma concreta do modelo científico dos documentos oficiais bilingues, é uma questão que deve ser aprofundada. Tanto os documentos oficiais em língua chinesa, como em língua estrangeira, têm as suas vantagens e desvantagens, podendo assim complementarizar-se reciprocamente, como por exemplo, em Singapura, os documentos oficiais em língua chinesa beneficiaram das características dos documentos oficiais em língua inglesa. Na opinião pessoal do autor, o melhor será escrever separadamente os documentos oficiais bilingues, e não adoptar o sistema de tradução literal das palavras dispostas em linhas alternadas, a fim de evitar a criação de situações de influência recíproca e indescritíveis.

Por último, o autor deseja profundamente que a questão linguística nos documentos oficiais em língua chinesa seja uma questão académica. Pois, uma questão académica terá de ser discutida para a sua resolução. O autor promoveu, desde sempre, um ambiente académico com centenas de escolas de pensamento, no sentido de permitir a manifestação livre de diferentes ideias académicas. Se existisse uma só ideia numa sociedade democrática, isso seria uma anomalia e uma grande tristeza. Além disso, o autor entende que é preciso ter uma atenção especial na separação rigorosa entre as questões académicas e as questões políticas. No mês de Março do corrente ano, o autor escreveu um artigo em comemoração do 88.º aniversário natalício do professor catedrático Gao Mingkai, a fim de que as pessoas não se esqueçam do passado e possam tirar proveito dos conhecimentos históricos obtidos em troca da vida humana. Este professor catedrático viveu numa década em que o ambiente social era muito mau, isto é, certas pessoas misturavam frequentemente questões académicas com questões políticas, duma forma exagerada, e «indicavam os defeitos, rotulavam e ameaçavam» os estudiosos que tivessem ideias diferentes. Foi por causa destas diferenças, de visão académica, que o senhor professor Gao sofreu muito e, infelizmente, deixou demasiado cedo este Mundo.